



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

004/2024

### **CONTRATANTE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL  
DE MINAS

### **OBJETO**

ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA FUTURA E  
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONTENTORES DE LIXO, CONFORME  
CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS  
NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 554.048,50 (QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E  
QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 01/11/2024 às 08:31h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO UNITÁRIO

### **MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**SUMÁRIO**

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DOS RECURSOS.....	16
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	20
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	20
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21 - COMPRAS.....	22
APÊNDICE I – QUANTIDADES INDIVIDUALIZADAS.....	37
APÊNDICE II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	41
ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	56



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS –  
CISAB SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024**

**Processo Administrativo nº 011/2024**

Encontra-se aberta pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS – CISAB SUL**, sediado na Rua Gilberto Oliveira Naves, 478, Nova Era, em Boa Esperança, Minas Gerais, CEP 37.170-000, inscrito no CNPJ sob o nº 19.807.288/0001-16, por meio da representado neste ato por seu superintendente Elton Santos Lima Barrios, Licitação na Modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data e horário da sessão pública:** 01/11/2024 as 08:31 horas

**Início do Recebimento de Propostas:** 22/10/2024 às 08:30 horas

**Fim do Recebimento de Propostas:** 01/11/2024 as 08:30 horas

**Link:** <https://licitanet.com.br/>

**Critério de Julgamento:** menor preço unitário

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de contentores de lixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** Em caso de divergência entre as especificações dos objetos descritas na relação de itens do site <https://www.licitanet.com.br/> e as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, o licitante deverá obedecer à descrição do Anexo I – Termo de Referência.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**3.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.6.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**3.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.7.** O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 3.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10.** O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12.** A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3.** Caso a Administração opte, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.11 e 8.11.1 deste Edital.
- 4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- 4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1.** Valor unitário e valor total do item;
- 5.1.2.** Marca;
- 5.1.3.** Modelo;
- 5.1.4.** A ausência de indicação da marca do bem ofertado ou a utilização de termos genéricos, como “produto de qualidade”, “marca reconhecida”, “equipamento padrão” e/ou outros que não indiquem a marca real do material, resultará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta;
- 5.1.5.** Excetua-se do item anterior quando o licitante for fabricante do material. Nesse caso, poderá usar termos como “fabricação própria”, “produto próprio” e outros similares com intuito de não identificar a proposta.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- 5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.
- 5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

- 6.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global dos itens.
- 6.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele parametrizado no sistema operacional para cada item.
- 6.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15s (quinze segundos)** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 min (quinze minutos)**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 min (dez minutos)**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

possam ofertar um lance final e fechado em até **05 min (cinco minutos)**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**FECHADO E ABERTO**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até **10% (dez por cento)** superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.14.1.** Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 min (dois minutos)** do período de duração da sessão pública.

**6.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 min (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 hs (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**6.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.21.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.21.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **05 min (cinco minutos)** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.21.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.21.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.22.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.22.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.22.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.22.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.22.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.22.2.2.** empresas brasileiras;

**6.22.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.22.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**6.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.23.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 hs (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.23.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6.25.** Deverão constar na proposta os seguintes dados:

- Razão Social;
- CNPJ;
- IE e IM (se houver)
- Opção Fiscal;
- Endereço completo;
- E-mail;
- Telefone fixo e celular (preferencialmente com WhatsApp);
- Dados Bancários e chave PIX, quando houver;
- Número do Lote/Item;
- Descrição do Objeto ou do item pertinente;
- Descrição da marca/fabricante (em caso de venda de bens e materiais de consumo);
- Unidade (quilo, serviço, mensal, peça, etc.);
- Quantidade;
- Valor unitário em R\$ e por extenso (ou mensal para prestação de serviços contínuos);
- Valor global em R\$ e por extenso (ou anual para prestação de serviços contínuos);
- Validade da Proposta (normalmente o mínimo de 60(sessenta) dias, verificar no edital);
- Eventuais declarações;
- Data, por extenso;
- Assinatura com razão social, cargo/função e dados do(a) representante legal (RG/CPF).

**6.25.1.** Tendo em vista o disposto nos itens 4.1.3, 4.1.4 e 5.8 do Termo de Referência, o licitante mais bem classificado deverá juntar a sua proposta os seguintes documentos:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**6.25.1.1.** Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP bem como o Certificado de Licenciamento ambiental do FABRICANTE do material licitado, referente ao item de interesse.

**6.25.1.2.** Certificado, atestado, declaração ou qualquer documento idôneo, emitido por instituições reconhecidas no Brasil, atestando a utilização de materiais resistentes à radiação solar (proteção contra raios UV);

**6.25.1.3.** A proposta deverá ser apresentada acompanhada da certificação de aprovação, conforme ABNT NBR 15911-2/4, emitida por um Organismo de Certificação de Produtos, juntamente com o laudo dos testes realizados de acordo com a ABNT ou acreditados pelo INMETRO.

**6.25.2.** Nos casos em que o fabricante for dispensado do licenciamento ambiental, deve ser anexada certidão comprobatória emitida pelo Órgão de proteção ambiental competente.

**6.26.** Os documentos elencados no subitem 6.25.1 devem ser obrigatoriamente apresentados sob pena de não aceitação da proposta.

**6.27.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.28.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º)

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- 7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1.** conter vícios insanáveis;
  - 7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
  - 7.9.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
  - 7.9.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
  - 7.9.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1.** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**7.11.2.** Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**7.11.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**7.11.4.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**7.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.12.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.12.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.15.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.16.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.17.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.18.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.3.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.9.** A habilitação será verificada por meio do **HABILITANET**, nos documentos por ele abrangidos.

**8.9.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º)

**8.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*)

**8.10.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.11.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.11.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.11.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação das propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto. Observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



**8.12.** A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.12.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.12.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.13.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**8.13.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.13.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.14.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

**8.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.17.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.18.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**9.3.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.cisab.mg.gov.br](http://www.cisab.mg.gov.br).

## **10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



## **11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**11.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**11.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**11.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**11.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**11.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**11.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**11.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**11.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cisab.mg.gov.br](http://www.cisab.mg.gov.br).

**14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência

**14.11.1.1.** Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

**14.11.1.2.** Apêndice II do Anexo I – Quantidades Individualizadas

**14.11.2.** ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

Boa Esperança - MG, 21 de outubro de 2024

---

**ELTON SANTOS LIMA BARRIOS**  
**SUPERINTENDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL  
DE MINAS**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21 - COMPRAS**

**Processo Administrativo n. 011/2024**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Aquisição de hidrômetros e conexões, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	10 unidades	Contentor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2), destinado à coleta de resíduos sólidos urbanos, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou na medida acreditada pelo INMETRO. Deve ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911, e resistente aos raios ultravioleta (proteção UV) para evitar degradação prematura. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Receptor frontal tipo B na parte frontal do contêiner para montagem e tombamento, resistente à coleta mecanizada. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	R\$ 534,00
2	63 unidades	COTA PRINCIPAL AMPLA CONCORRÊNCIA - Contentor de resíduos - 4 rodas com capacidade de 700 litros, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, demonstrando atendimento à ABNT 15911 - 3/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo Certificador de Produto e protocolo em todos os ensaios contidos na ABNT ou no escopo acreditado pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço	R\$ 1.699,01

Página 22 de 64

		anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	
<b>3</b>	7 unidades	COTA RESERVADA (10%) - Contentor de resíduos - 4 rodas com capacidade de 700 litros, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, demonstrando atendimento à ABNT 15911 - 3/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo Certificador de Produto e protocolo em todos os ensaios contidos na ABNT ou no escopo acreditado pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	R\$ 1.699,01
<b>4</b>	171 unidades	COTA PRINCIPAL AMPLA CONCORRÊNCIA - Contentor de resíduos - 4 rodas com volume de 1000 l, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, comprovando atendimento à ABNT 15911-3/4 norma por certificado emitido pelo OCP - Autoridades Certificadoras e relatório de todos os ensaios incluídos na ABNT ou na medida credenciada pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal	R\$ 1.702,20

		(tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	
<b>5</b>	19 unidades	COTA RESERVADA (10%) - Contentor de resíduos - 4 rodas com volume de 1000 l, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, comprovando atendimento à ABNT 15911-3/4 norma por certificado emitido pelo OCP - Autoridades Certificadoras e relatório de todos os ensaios incluídos na ABNT ou na medida credenciada pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	R\$ 1.702,20
<b>6</b>	10 unidades	Contentor retangular com abertura inferior, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, complementado com estabilizador UV. Sendo uma solução ideal para recolha selectiva, aplicada como P.E.V (Ponto de Entrega Voluntária) e em ecopontos. O produto deve ser resistente às mudanças climáticas e à corrosão, reduzindo os custos operacionais da coleta seletiva e auxiliando na educação ecológica da população. Fabricado em aço, tratado com zinco eletrolítico para proteção contra ferrugem e corrosão, soldado em formato TIG. Uma base com porta de aço com fechadura e saída tipo alçapão no fundo do contêiner. Estrutura interna em aço com alça de elevação localizada na parte superior como parte integrante da estrutura.	R\$ 8.200,00
<b>7</b>	2 unidades	COTA RESERVADA (~16%) Contentor retangular com abertura inferior, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, complementado com estabilizador UV. Sendo uma solução ideal para recolha selectiva,	R\$ 8.200,00

		aplicada como P.E.V (Ponto de Entrega Voluntária) e em ecopontos. O produto deve ser resistente às mudanças climáticas e à corrosão, reduzindo os custos operacionais da coleta seletiva e auxiliando na educação ecológica da população. Fabricado em aço, tratado com zinco eletrolítico para proteção contra ferrugem e corrosão, soldado em formato TIG. Uma base com porta de aço com fechadura e saída tipo alçapão no fundo do contêiner. Estrutura interna em aço com alça de elevação localizada na parte superior como parte integrante da estrutura.	
<b>8</b>	20 unidades	Lixeira com capacidade de 120L e 2 rodas no estilo europeu, feita de polietileno de alta densidade (PEAD) fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911, conforme padrão ABNT NBR 15911. Possui alças para facilitar o transporte com ambas as mãos, tampa articulada ao corpo e certificação da norma ABNT 15911-2/4 emitida por um Organismo de Certificação de Produtos, juntamente com laudo dos testes realizados de acordo com a ABNT ou acreditados pelo INMETRO. Fabricada com PEAD resistente aos raios UV para evitar danos prematuros, superfície lisa e sem imperfeições, cantos afiados ou fissuras. Equipada com duas rodas de 200mm, revestidas com borracha maciça e núcleo de polipropileno, sem freios. Possui receptáculo frontal do Tipo B para encaixe e basculamento, adequado para coleta mecanizada, e adesivos com mensagens de conscientização. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a partir da data de recebimento.	R\$ 397,99

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da assinatura do termo de contrato ou recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.5.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**1.6.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**1.7.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.1.1. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR – publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. A fabricação de artefatos de material plástico para usos diversos, inclusive os artefatos diversos de plástico regenerado, o tingimento e a pigmentação e outros beneficiamentos de material plástico está enquadrada como Atividade Potencialmente Poluidora (FTE 12-2), conforme Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23/08/2021, dessa forma deve ser apresentado pelo fornecedor o Certificado de regularidade da empresa fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP;

4.1.4. Deve ser apresentado o certificado de licenciamento ambiental das unidades fabris dos itens em licitação, conforme o caso, emitida pelo Órgão de proteção ambiental competente, segundo estabelecido na Resolução CONAMA 237;

4.1.4.1. Nos casos em que o fabricante for dispensado do licenciamento ambiental, deve ser anexada certidão comprobatória emitida pelo Órgão de proteção ambiental competente

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à confirmação da do recebimento da Ordem de Fornecimento em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços indicado por cada órgão participante do certame vinculado a este documento, correndo por conta da licitante vencedora as despesas de embalagem,





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

seguros, transporte, tributos, carga, descarga, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento:

<b>Município</b>	<b>Endereço</b>
Boa Esperança – MG	SAAE – Rua Galena nº 239, Jardim Alvorada. Boa Esperança - MG
Extrema – MG	Prefeitura Municipal de Extrema - Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1624 - Pte. Nova, Extrema – MG.
Oliveira - MG	Prefeitura Municipal de Oliveira - Praça XV de Novembro, 127 – Oliveira - MG

**5.2.1.** Poderá ser solicitada a entrega em locais distintos do estipulado no subitem anterior em caso de necessidade desta Autarquia. O endereço constará na Ordem de Fornecimento.

**5.3.** No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou a metade, do prazo total recomendado pelo fabricante.

**Embalagem, Transporte e Descarga**

**5.4.** O material deverá ser fornecido na embalagem original de fábrica e/ou adequada, com identificação e quantidade do material.

**5.4.1.** Todas as caixas de embalagens deverão estar lacradas no ato da entrega.

**5.4.2.** O transporte bem como a mão de obra referente à descarga do material no local indicado é de inteira responsabilidade do fornecedor, não cabendo ao CISAB-SUL ou qualquer dos entes consorciados disponibilizar equipamentos e pessoal para a realização deste tipo de serviço.

**5.4.3.** É de responsabilidade do fornecedor o provimento de equipamentos de proteção individual para a realização da descarga no local indicado, além de qualquer outro material e/ou equipamento necessário para descarga.

**5.4.4.** O fornecedor deve obrigatoriamente realizar o transporte do produto, até locais de entrega, por sua conta e risco, efetuando de forma própria ou subcontratada, mas não se eximindo e responsabilizando-se integralmente por todas as etapas.

**5.4.5.** A empresa fornecedora é exclusivamente responsável por danos decorrentes do transporte; inclusive danos causados ao meio ambiente. O cumprimento das normas, leis/portarias e regulamentos de transporte são única e exclusivamente responsabilidade da empresa fornecedora.

**5.4.6.** A descarga deverá ser efetuada diretamente nos locais indicados pelas autarquias participantes deste processo, sendo que, encargos sociais, trabalhista, estadias de funcionários, de veículos advindos destas atividades correrão por conta e risco do transportador, devendo ser observadas pelos descarregadores as normas de manuseio e segurança, com todos os EPI'S necessários tais como:

- PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA: MÁSCARA DE PROTEÇÃO.
- PROTEÇÃO DAS MÃOS: LUVA CONFECCIONADA EM VAQUETA.
- PROTEÇÃO DOS OLHOS: ÓCULOS DE SEGURANÇA.
- PROTEÇÃO DA PELE E DO CORPO: UTILIZAÇÃO DE VESTIMENTAS- CALÇA COMPRIDA, CAMISA OU CAMISA DE MANGAS CURTAS OU COMPRIDAS E CALÇADOS FECHADOS.
- RECOMENDAVÉL: AVENTAL DE PVC.

**5.4.7.** A descarga dos produtos será acompanhada por funcionários das Autarquias participantes.



#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

**5.5.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**5.6.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**5.7.** Dentro do prazo de garantia, o fornecedor está obrigado a retrabalhar ou substituir todos os contentores devolvidos, por problemas em suas partes construtivas: rodas travando, tampa com defeito, entre outros, sem que isso gere qualquer ônus aos entes consorciados ao CISAB Sul.

**5.8.** Junto a proposta comercial deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**5.8.1.** Certificado, atestado, declaração ou qualquer documento idôneo, emitido por instituições reconhecidas no Brasil, atestando a utilização de materiais resistentes à radiação solar (proteção contra raios UV);

**5.9.** Caso o objeto apresente irregularidade, especificação incorreta ou esteja fora dos padrões determinados neste Termo de Referência, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O atraso na substituição dos mesmos acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.9.** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

**6.9.1.** Verificação da compatibilidade do produto entregue com o especificado na compra.

#### **Gestor do Contrato**

**6.10.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.11.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.12.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.13.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.14.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.



158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.15.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.16.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

**7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

**7.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

**7.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.9.1.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.10.1.** o prazo de validade;

**7.10.2.** a data da emissão;

**7.10.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**7.10.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**7.10.5.** o valor a pagar; e

**7.10.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.13.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.14.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

**7.18.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**7.19.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.





### **Forma de pagamento**

**7.20.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.21.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.22.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.22.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.23.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

**7.24.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**7.24.1.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**7.25.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.26.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**7.27.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

**7.28.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

**8.2.** O fornecimento do objeto será parcelado.





### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

- 8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.23.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo] de até 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

- 8.29.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**8.29.1.1.** No mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a empresa licitante já forneceu a um quantitativo similar dos bens licitados.

**8.29.1.2.** A licitante poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários, para comprovar que já desempenhou objeto semelhante ao deste instrumento.

**8.29.1.3.** Os atestados deverão conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de fornecimento e a discriminação dos materiais fornecidos.

**8.29.2.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.29.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.29.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.30.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**8.30.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

**8.30.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**8.30.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

**8.30.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**8.30.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**8.30.6.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**8.30.7.** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 554.048,50 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e quarenta e oito Reais e cinquenta Centavos).

**9.2.** ) conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1 deste Termo.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**9.3.** Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

**9.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**9.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**9.3.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de cada Órgão Participante deste exercício, na dotação orçamentária específica.

Boa Esperança - MG, 21 de outubro de 2024.

---

**Lucas Galvão Elisei**  
**Matrícula 29**  
**Analista de Saneamento**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

APÊNDICE I – QUANTIDADES INDIVIDUALIZADAS

ITEM	Descrição	Un	Boa Esperança	Extrema	Oliveira	Total
1	Contentor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2), destinado à coleta de resíduos sólidos urbanos, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou na medida acreditada pelo INMETRO. Deve ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911, e resistente aos raios ultravioleta (proteção UV) para evitar degradação prematura. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Receptor frontal tipo B na parte frontal do contêiner para montagem e tombamento, resistente à coleta mecanizada. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	Unidades		10		10 unidades
2	Contentor de resíduos - 4 rodas com capacidade de 700 litros, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, demonstrando atendimento à ABNT 15911 - 3/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo Certificador de Produto e protocolo em todos os ensaios contidos na ABNT ou no escopo acreditado pelo	Unidades		50	20	70 unidades



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

	INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.					
3	Contentor de resíduos - 4 rodas com volume de 1000 l, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, comprovando atendimento à ABNT 15911-3/4 norma por certificado emitido pelo OCP - Autoridades Certificadoras e relatório de todos os ensaios incluídos na ABNT ou na medida credenciada pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação	Unidades	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>190 unidades</b>





**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

	(inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.					
4	Contentor retangular com abertura inferior, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, complementado com estabilizador UV. Sendo uma solução ideal para recolha selectiva, aplicada como P.E.V (Ponto de Entrega Voluntária) e em ecopontos. O produto deve ser resistente às mudanças climáticas e à corrosão, reduzindo os custos operacionais da coleta seletiva e auxiliando na educação ecológica da população. Fabricado em aço, tratado com zinco eletrolítico para proteção contra ferrugem e corrosão, soldado em formato TIG. Uma base com porta de aço com fechadura e saída tipo alçapão no fundo do contêiner. Estrutura interna em aço com alça de elevação localizada na parte superior como parte integrante da estrutura.	Unidades	<b>10</b>	<b>2</b>		<b>12 unidades</b>
5	Lixeira com capacidade de 120L e 2 rodas no estilo europeu, feita de polietileno de alta densidade (PEAD) fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911, conforme padrão ABNT NBR 15911. Possui alças para facilitar o transporte com ambas as mãos, tampa articulada ao corpo e certificação da norma ABNT 15911-2/4 emitida por um Organismo de Certificação de Produtos, juntamente com laudo dos testes realizados de acordo	Unidades	<b>10</b>	<b>10</b>		<b>20 unidades</b>



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

com a ABNT ou acreditados pelo INMETRO. Fabricada com PEAD resistente aos raios UV para evitar danos prematuros, superfície lisa e sem imperfeições, cantos afiados ou fissuras. Equipada com duas rodas de 200mm, revestidas com borracha maciça e núcleo de polipropileno, sem freios. Possui receptáculo frontal do Tipo B para encaixe e basculamento, adequado para coleta mecanizada, e adesivos com mensagens de conscientização. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a partir da data de recebimento.					
---	--	--	--	--	--



## APÊNDICE II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Interessados:** Entes Consorciados do CISAB-Sul

**Assunto:** Necessidade de contentores de lixo dos entes consorciados CISAB-Sul

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** A contratação de contentores pelos órgãos consorciados do CISAB SUL é essencial para garantir a viabilidade da coleta de resíduos sólidos, destacando a rapidez e higiene no processo, evitando transtornos com o acúmulo de resíduos nas vias públicas garantindo assim segurança ambiental.

**1.2.** A ausência ou inadequação de contentores afeta diretamente na coleta de resíduos sólidos, a higiene e eficiência da própria coleta.

**1.3.** O problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, é a ineficiência no monitoramento do consumo de água, que pode resultar em perdas significativas, desperdício de recursos, dificuldades na identificação de vazamentos e falhas na cobrança adequada dos usuários. A adoção de contentores possibilitará um controle mais eficaz da coleta de resíduos, promoverá a sustentabilidade, e garantirá para a população higiene e rapidez na coleta.

**1.4.** Além disso, os contentores serão primordiais para evitar transtornos com animais de rua como por exemplo os cachorros, que acabam espalhando estes resíduos sólidos pela rua. O que acaba gerando sujeira, demora na coleta e o mau cheiro, pois nem sempre é possível que os coletores recolham todo o resíduo espalhado. Os comerciantes também terão grande ganho com a utilização destes contentores, pois todo o resíduo produzido pelo comércio poderá ser depositado de forma segura nos contentores que armazenam maiores quantidades, independente do horário de abertura e fechamento do espaço. Portanto, a aquisição de contentores não apenas soluciona um problema técnico, mas também atende a um objetivo de maior eficiência na gestão da coleta de resíduos, refletindo diretamente no bem-estar da população e do meio ambiente.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**2.1.** No que tange à demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, cabe destacar que essa é uma competência exclusiva de cada órgão consorciado. O CISAB SUL, neste contexto, atuará apenas como órgão centralizador, responsável pela operacionalização do processo licitatório, visando garantir a eficiência e uniformidade na aquisição dos contentores de lixo para os entes participantes.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** Os contentores a serem adquiridos devem atender às seguintes especificações mínimas:

- Conformidade com as normas técnicas nacionais (INMETRO, NBR/ABNT).
- Certificação de durabilidade e baixa manutenção.
- Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses.

#### Sustentabilidade

**3.2.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



**3.2.1.** Material resistente com boa qualidade para aumento da vida Útil para redução de impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

**3.2.2.** É essencial priorizar a escolha de lixeiras fabricadas com materiais recicláveis e que promovam a separação adequada dos resíduos, facilitando a coleta e reduzindo transtornos recorrentes.

**3.2.3.** A instalação e destinação planejada das lixeiras também é crucial para minimizar o impacto visual e integrá-las de forma harmoniosa ao ambiente onde forem utilizadas, respeitando as características locais e evitando alterações indesejadas na paisagem.

**3.2.4.** É fundamental garantir que as lixeiras tenham sistemas de vedação adequados para evitar vazamentos de resíduos líquidos, reduzindo o risco de contaminação do solo e das águas subterrâneas. Monitoramentos periódicos devem ser realizados para detectar eventuais vazamentos e corrigir rapidamente qualquer problema identificado.

**3.2.5.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**3.2.6.** Que os materiais utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs); e,

**3.2.7.** Também serão observados os critérios da Instrução Normativa IBAMA n.º 13 de 23/08/2021 e da Lei n.º 6.938 de 31/08/1981 e do Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (que pode ser obtido no site: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/licitacoes-sustentaveis>)

**3.2.8.** A fabricação de artefatos de material plástico para usos diversos, inclusive os artefatos diversos de plástico regenerado, o tingimento e a pigmentação e outros beneficiamentos de material plástico está enquadrada como Atividade Potencialmente Poluidora (FTE 12-2), conforme Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 23/08/2021, dessa forma o fabricante deve possuir o Certificado de regularidade da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

### **Subcontratação**

**3.3.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

**3.4.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões:

**3.4.1.** Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

**3.4.2.** Segundo a onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

**3.4.3.** Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame

**3.5.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

**4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

**4.1.** Quantidade conforme tabela a seguir:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
01	Unidade	10	Contentor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2), destinado à coleta de resíduos sólidos urbanos, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou na medida acreditada pelo INMETRO. Deve ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911, e resistente aos raios ultravioleta (proteção UV) para evitar degradação prematura. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Receptor frontal tipo B na parte frontal do contêiner para montagem e tombamento, resistente à coleta mecanizada. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.
02	Unidade	70	Contentor de resíduos - 4 rodas com capacidade de 700 litros, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, demonstrando atendimento à ABNT 15911 - 3/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo Certificador de Produto e protocolo em todos os ensaios contidos na ABNT ou no escopo acreditado pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911 e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.
03	Unidade	190	Contentor de resíduos - 4 rodas com volume de 1000 l, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

			polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, comprovando atendimento à ABNT 15911-3/4 norma por certificado emitido pelo OCP - Autoridades Certificadoras e relatório de todos os ensaios incluídos na ABNT ou na medida credenciada pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.
<b>04</b>	Unidade	12	Contentor retangular com abertura inferior, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, complementado com estabilizador UV. Sendo uma solução ideal para recolha selectiva, aplicada como P.E.V (Ponto de Entrega Voluntária) e em ecopontos. O produto deve ser resistente às mudanças climáticas e à corrosão, reduzindo os custos operacionais da coleta seletiva e auxiliando na educação ecológica da população. Fabricado em aço, tratado com zinco eletrolítico para proteção contra ferrugem e corrosão, soldado em formato TIG. Uma base com porta de aço com fechadura e saída tipo alçapão no fundo do contêiner. Estrutura interna em aço com alça de elevação localizada na parte superior como parte integrante da estrutura.
<b>05</b>	Unidade	20	Lixeira com capacidade de 120L e 2 rodas no estilo europeu, feita de polietileno de alta densidade (PEAD) fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911, conforme padrão ABNT NBR 15911. Possui alças para facilitar o transporte com ambas as mãos, tampa articulada ao corpo e certificação da norma ABNT 15911-2/4 emitida por um Organismo de Certificação de Produtos, juntamente com laudo dos testes realizados de acordo com a ABNT ou acreditados pelo INMETRO. Fabricada com PEAD resistente aos raios UV para evitar danos prematuros, superfície lisa e sem imperfeições, cantos afiados ou fissuras. Equipada com duas rodas de 200mm, revestidas com borracha maciça e núcleo de polipropileno, sem freios. Possui receptáculo frontal do Tipo B para encaixe e basculamento, adequado para coleta mecanizada, e adesivos com mensagens de conscientização. Garantia mínima de 12





			meses contra defeitos de fabricação a partir da data de recebimento.
--	--	--	--

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**5.1.** Para a aquisição de contentores de lixo, foi realizado um levantamento de mercado no através de pesquisas por meio de sites como o portal nacional de compras públicas, portal de compras públicas e através de orçamentos requeridos junto a fornecedores do produto. Este levantamento teve como objetivo identificar os fornecedores disponíveis, analisar as variações de preço, especificações técnicas e condições de fornecimento, a fim de garantir a contratação mais vantajosa para os municípios consorciados. A aquisição dos materiais descritos neste Estudo Técnico Preliminar é uma prática comum entre órgãos públicos em todas as esferas.

**5.1.1.** A análise de mercado identificou uma ampla variedade de contentores, cada um com características específicas que atendem a diferentes necessidades operacionais e financeiras dos órgãos consorciados do CISAB SUL. A escolha deve ser baseada em uma avaliação técnica e econômica criteriosa, visando à melhor solução para a medição eficiente do consumo de água.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**6.1.** Diante da necessidade de estimar preliminarmente o valor da contratação, nos termos § 1º do art. 18 da Lei Federal 14.133/21 e, mais precisamente, no inciso VI, será utilizado como orçamento preliminar o que segue:

**6.2.** A pesquisa de preços abaixo é oriunda de várias fontes de pesquisa, sendo:

- Portal Nacional de Compras Públicas
- Portal de Compras Públicas
- Processos de compra dos municípios consorciados
- Licitanet
- Orçamentos de fornecedores aleatórios.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MEDIANA DA PESQUISA	VALOR TOTAL
1	Contentor de resíduos - 2 rodas do modelo americano 240L, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 de polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911-2), destinado à coleta de resíduos sólidos urbanos, com capacidade máxima de carga de até 96 kg, tampa articulada ao corpo, demonstrando atendimento à norma ABNT 15911-2/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo de Certificação de Produtos e protocolo de todos os ensaios contidos na ABNT ou	10	R\$ 534,00	R\$ 5.340,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	na medida acreditada pelo INMETRO. Deve ser fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911, e resistente aos raios ultravioleta (proteção UV) para evitar degradação prematura. Deverá possuir 2 rodas revestidas com borracha maciça de 300 mm, com núcleo de polipropileno e sem freios. Receptor frontal tipo B na parte frontal do contêiner para montagem e tombamento, resistente à coleta mecanizada. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.			
2	Contentor de resíduos - 4 rodas com capacidade de 700 litros, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, demonstrando atendimento à ABNT 15911 - 3/4 através de certificado emitido pelo OCP - Organismo Certificador de Produto e protocolo em todos os ensaios contidos na ABNT ou no escopo acreditado pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço	70	R\$ 1.699,01	R\$ 118.930,70



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL

CNPJ: 19.807.228/0001-16

	anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.			
3	Contentor de resíduos - 4 rodas com volume de 1000 l, fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911 em polietileno de alta densidade (PEAD) - (ABNT NBR 15911), com tampa articulada ao corpo, padrão europeu, comprovando atendimento à ABNT 15911-3/4 norma por certificado emitido pelo OCP - Autoridades Certificadoras e relatório de todos os ensaios incluídos na ABNT ou na medida credenciada pelo INMETRO. Deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD), por processo admitido pela Norma ABNT NBR 15911 e resistente à ação dos raios ultravioleta (proteção UV), com superfície lisa e sem trincas, imperfeições, cantos vivos e pontiagudos. Deve possuir dispositivo de descarga para drenagem de líquidos, possuir meios de montagem da placa de vazamento sem perfurar o vaso e dispositivos que permitam operações de elevação (inclinação) eficientes e seguras. São eles: Receptor lateral (tipo A) Pino: par de eixos localizados nas laterais do container; Receptor frontal (tipo B): Slots na parte frontal do contêiner para implantação de pentes. Possui 4 rodízios com suportes em aço anticorrosivo, medindo 200 mm e rotação de 360°, revestidos com borracha maciça, sendo dois deles com sistema de freio independente. Com autocolante para mensagem informativa. Garantia mínima contra defeitos ou defeitos de fabricação de 12 meses a partir da data da efetiva aceitação.	190	R\$ 1.702,20	R\$ 323.418,00



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**

**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

<b>4</b>	Contentor retangular com abertura inferior, fabricado em polietileno de alta densidade (PEAD), rotomoldado, complementado com estabilizador UV. Sendo uma solução ideal para recolha selectiva, aplicada como P.E.V (Ponto de Entrega Voluntária) e em ecopontos. O produto deve ser resistente às mudanças climáticas e à corrosão, reduzindo os custos operacionais da coleta seletiva e auxiliando na educação ecológica da população. Fabricado em aço, tratado com zinco eletrolítico para proteção contra ferrugem e corrosão, soldado em formato TIG. Uma base com porta de aço com fechadura e saída tipo alçapão no fundo do contêiner. Estrutura interna em aço com alça de elevação localizada na parte superior como parte integrante da estrutura.	12	R\$ 8.200,00	R\$ 98.400,00
<b>5</b>	Lixeira com capacidade de 120L e 2 rodas no estilo europeu, feita de polietileno de alta densidade (PEAD) fabricado pelos métodos admitidos pela Norma ABNT NBR 15911, conforme padrão ABNT NBR 15911. Possui alças para facilitar o transporte com ambas as mãos, tampa articulada ao corpo e certificação da norma ABNT 15911-2/4 emitida por um Organismo de Certificação de Produtos, juntamente com laudo dos testes realizados de acordo com a ABNT ou acreditados pelo INMETRO. Fabricada com PEAD resistente aos raios UV para evitar danos prematuros, superfície lisa e sem imperfeições, cantos afiados ou fissuras. Equipada com duas rodas de 200mm, revestidas com borracha maciça e núcleo de polipropileno, sem freios. Possui receptáculo frontal do Tipo B para encaixe e basculamento, adequado para coleta mecanizada, e adesivos com mensagens de conscientização. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a partir da data de recebimento.	20	R\$ 397,99	R\$ 7.959,80
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 554.048,50</b>



## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**7.1.** A solução proposta para a aquisição de contentores pelos órgãos consorciados do CISAB SUL consiste na compra de dispositivos que auxiliam na coleta de resíduos sólidos em conformidade com as necessidades de cada município. A aquisição será realizada de forma centralizada pelo CISAB SUL, com cada órgão consorciado responsável pela instalação e integração dos contentores.

### **7.2. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica**

**7.2.1.** Embora as empresas fornecedoras não sejam responsáveis pela instalação dos contentores, elas deverão garantir suporte técnico adequado, conforme as seguintes exigências:

- Garantia: Todos os contentores adquiridos devem ter garantia mínima de 24 (vinte quatro) meses, cobrindo defeitos de fabricação e mau funcionamento, garantindo a substituição ou reparo dos equipamentos sem custos adicionais durante o período de garantia.
- Assistência Técnica: Os fornecedores deverão disponibilizar suporte técnico especializado para esclarecer dúvidas, orientar na instalação e utilização dos contentores, e fornecer assistência em caso de falhas ou necessidade de manutenção corretiva.
- Manutenção Preventiva e Preditiva: As especificações dos contentores devem incluir manuais de operação e manutenção preventiva, detalhando procedimentos que garantam a longevidade e o bom funcionamento, minimizando a necessidade de intervenções corretivas.
- Capacitação Técnica: Opcionalmente, os fornecedores podem oferecer treinamentos para capacitação técnica dos servidores dos órgãos consorciados, visando a correta instalação, operação e manutenção dos contentores.

**7.3.** A solução proposta abrange a compra centralizada de contentores, com exigências claras de suporte técnico e garantia, assegurando que os órgãos consorciados possam gerir a instalação e manutenção de forma eficiente e sustentável, sem depender diretamente dos fornecedores para a execução desses serviços.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

**8.1.** A decisão de parcelar ou não a solução em uma licitação é uma questão estratégica que deve levar em consideração diversos fatores, incluindo a natureza do objeto, a viabilidade técnica, econômica e a busca pela ampla participação de licitantes. Abaixo estão algumas justificativas tanto para o parcelamento quanto para a não realização do parcelamento:

### **8.2. Parcelamento da Solução**

**8.2.1.** Estímulo à Concorrência: O parcelamento pode atrair um maior número de participantes, promovendo uma competição mais acirrada entre os licitantes.

**8.2.2.** Adequação a Capacidades Específicas: Pode permitir que empresas especializadas em determinadas áreas concorram apenas nos itens em que têm expertise, aumentando a probabilidade de propostas qualificadas.

**8.2.3.** Divisibilidade do Objeto: Quando o objeto é facilmente divisível em partes distintas, o parcelamento é uma prática obrigatória para garantir que diferentes empresas possam concorrer.

### **8.3. Não Parcelamento da Solução:**

**8.3.1.** Economia de Escala: Alguns objetos, quando adquiridos em grande escala, podem resultar em economias significativas. O não parcelamento pode garantir que tais benefícios sejam maximizados.



**8.3.2.** Simplificação da Gestão Contratual: A gestão de contratos é mais simples quando há um único fornecedor ou contrato, facilitando o monitoramento e a execução.

**8.3.3.** Eficiência Operacional: A concentração da solução em um único contrato pode promover uma execução mais eficiente, evitando complexidades logísticas associadas a múltiplos contratos.

**8.3.4.** Evitar Riscos de Coordenação: Em algumas situações, múltiplos contratos podem aumentar os riscos de coordenação e integração dos diferentes componentes da solução.

**8.4.** Em última análise, a decisão de parcelar ou não deve ser guiada pela busca do melhor equilíbrio entre a ampla participação de licitantes, a eficiência operacional, a maximização de economias de escala e a simplificação da gestão contratual. O órgão contratante deve avaliar cuidadosamente os benefícios e desafios associados a cada abordagem, considerando a natureza específica do objeto e os objetivos da licitação.

**8.5.** Diante das ponderações supra elencadas, no presente caso o parcelamento do objeto é inviável. Desta maneira, o objeto **deverá ser parcelado** em tantas parcelas quanto forem técnica e economicamente viáveis.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS**

### **9.1. Redução de Custos Operacionais**

- Economia com Aquisição em Lote: A compra coletiva de contentores de lixo pode gerar economia de escala, reduzindo o custo unitário de cada contentor. Os entes consorciados podem negociar preços mais vantajosos ao adquirir em maior quantidade.

- Menor Frequência de Coleta de Lixo: Com contentores adequados em número e capacidade, a frequência necessária para a coleta de lixo pode ser reduzida, resultando em economia de combustível, manutenção de veículos e horas de trabalho dos funcionários de coleta.

- Redução de Despesas com Manutenção: Contentores de alta qualidade e adequados para as necessidades específicas de cada ente consorciado diminuem a necessidade de manutenção frequente, reduzindo custos ao longo do tempo.

### **9.2. Melhoria na Eficiência dos Serviços de Coleta**

- Otimização das Rotas de Coleta: A instalação estratégica dos contentores permite a otimização das rotas de coleta, diminuindo o tempo de percurso dos caminhões e aumentando a eficiência operacional.

- Facilidade de Manuseio e Logística: Contentores padronizados facilitam o manuseio, o que pode reduzir o tempo de coleta em cada ponto, permitindo uma cobertura mais ampla e eficiente.

### **9.3. Aumento na Vida Útil dos Equipamentos e Infraestrutura**

- Uso de Contentores Resilientes e Duráveis: A escolha de contentores com materiais de alta resistência garante maior durabilidade, reduzindo a necessidade de reposição frequente e prolongando a vida útil do equipamento.

- Proteção da Infraestrutura Urbana: A utilização de contentores padronizados e adequadamente dimensionados evita danos à pavimentação e a outras infraestruturas urbanas durante o manuseio e deslocamento dos equipamentos.

### **9.4. Impacto Ambiental Positivo**

- Diminuição do Lixo Disperso: Contentores bem localizados e dimensionados reduzem a quantidade de lixo disperso em vias públicas, diminuindo a poluição visual e contribuindo para a limpeza urbana.





- Promoção da Reciclagem e Redução de Resíduos: A inclusão de contentores específicos para a separação de resíduos recicláveis pode promover a reciclagem e reduzir o volume de lixo enviado para aterros sanitários.

**9.5. Justificativa para Investimentos Futuros**

- Dados para Planejamento e Investimento: A aquisição e o uso otimizado de contentores fornecem dados importantes para o planejamento futuro dos serviços de coleta e gestão de resíduos sólidos, permitindo investimentos mais informados e estratégicos.

- Adaptação a Normas e Legislações: O investimento em contentores adequados ajuda os entes consorciados a se adaptarem a novas legislações ambientais e de saneamento, evitando multas e penalidades.

**9.6. Melhoria na Qualidade de Vida da População**

- Higienização Urbana e Saúde Pública: Contentores adequados e bem distribuídos contribuem para a redução de vetores de doenças, como insetos e roedores, melhorando a saúde pública e a qualidade de vida da população.

- Satisfação dos Municípios: A melhoria na coleta e na disposição de resíduos impacta diretamente na satisfação dos cidadãos, que percebem um ambiente mais limpo e organizado.

**9.7.** Com esses pontos, o demonstrativo deve evidenciar os benefícios da aquisição coletiva e estratégica de contentores de lixo, focando na redução de custos, melhor aproveitamento de recursos, melhorias ambientais e na qualidade de vida dos municípios.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Antes da celebração do contrato para a aquisição de contentores de lixo, a Administração dos órgãos consorciados do CISAB SUL deverá adotar diversas providências para garantir a eficácia e o sucesso da contratação. Estas providências incluem:

**10.1.1. Capacitação de Servidores para Fiscalização e Gestão Contratual**

- Treinamento Técnico: A Administração deve promover cursos de capacitação técnica para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato. O treinamento deve abranger:

- Conhecimentos sobre as especificações técnicas dos contentores de lixo adquiridos.

- Procedimentos para inspeção e verificação de conformidade dos equipamentos entregues.

- Capacitação em leitura remota e integração com sistemas de telemetria, se aplicável.

- Capacitação em Gestão Contratual: Servidores responsáveis pela gestão do contrato devem ser treinados em:

- Acompanhamento e execução do contrato, assegurando que todas as cláusulas sejam cumpridas.

- Gestão de prazos e cronogramas, desde a entrega dos contentores de lixo até a conclusão da instalação e início de operação.

- Identificação e mitigação de riscos contratuais, incluindo atrasos na entrega ou não conformidade dos equipamentos.

- Procedimentos para tratamento de não conformidades e aplicação de penalidades, caso necessário.

**10.1.2. Definição de Equipes de Trabalho**



- Equipe de Recebimento e Inspeção: Formação de uma equipe dedicada para receber os contentores de lixo, realizar inspeções e garantir que os equipamentos estejam em conformidade com as especificações técnicas contratadas.

- Equipe de Monitoramento e Manutenção: Criação de uma equipe responsável pelo monitoramento contínuo do desempenho dos contentores de lixo e pela realização de manutenção preventiva e corretiva, conforme necessário.

#### **10.1.3. Elaboração de Procedimentos Operacionais**

- Procedimentos de Inspeção e Aceitação: Estabelecimento de protocolos detalhados para a inspeção e aceitação dos contentores de lixo, desde a entrega até a instalação, garantindo que todos os produtos atendam aos requisitos do contrato.

- Manual de Operação e Manutenção: Criação de um manual operacional para orientar os técnicos na instalação, uso e manutenção dos contentores de lixo, assegurando a maximização da vida útil dos equipamentos e minimização de falhas operacionais.

- Planos de Contingência: Desenvolvimento de planos de contingência para lidar com eventuais problemas durante a instalação ou operação dos contentores de lixo, como defeitos de fabricação ou falhas de instalação.

#### **10.1.4. Comunicação e Sensibilização dos Usuários**

- Campanha de Conscientização: Implementação de uma campanha de comunicação para sensibilizar os usuários finais sobre a importância dos contentores de lixo na gestão da coleta de resíduos sólidos. Isso incluirá informações sobre o funcionamento dos novos equipamentos e como eles beneficiam tanto os consumidores quanto a gestão pública.

- Canal de Atendimento: Estabelecimento de um canal de atendimento para esclarecer dúvidas e receber feedback dos usuários sobre a instalação e funcionamento dos contentores de lixo, facilitando a resolução rápida de problemas.

**10.2.** As providências acima são essenciais para garantir que a contratação e a subsequente implantação dos contentores de lixo sejam realizadas com sucesso. A capacitação dos servidores, a definição clara das equipes e a criação de procedimentos operacionais robustos são fundamentais para assegurar a conformidade com o contrato e a satisfação dos usuários finais.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**11.1.** Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**12.1.** Para a aquisição de contentores de lixo pelos entes consorciados do CISAB-Sul, é fundamental considerar possíveis impactos ambientais e propor medidas mitigadoras adequadas. Abaixo está uma descrição detalhada dos potenciais impactos ambientais, acompanhada de suas respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia, uso eficiente de recursos, e práticas de logística reversa para reciclagem e descarte sustentável.

### **12.2. Impactos Ambientais Potenciais**

#### **a) Uso de Materiais na Fabricação dos Contentores**

- Impacto: A fabricação de contentores de lixo pode gerar emissões de gases de efeito estufa, poluentes atmosféricos e consumo intensivo de recursos naturais (como água e energia) durante o processo de produção.



- Medida Mitigadora: Exigir contentores fabricados com materiais reciclados e recicláveis, como plástico reciclado de alta densidade (PEAD) ou aço galvanizado. Priorizar fornecedores que utilizem processos de produção de baixa emissão de carbono e práticas de uso eficiente de recursos naturais (água, energia e matérias-primas).

**b) Poluição Visual e Odor**

- Impacto: Contentores mal gerenciados ou inadequadamente dimensionados podem contribuir para a poluição visual e a liberação de odores desagradáveis, afetando a qualidade de vida urbana.

- Medida Mitigadora: Implementar um programa de manutenção regular e limpeza dos contentores, garantindo a retirada dos resíduos e a higienização frequente. A instalação de contentores com tampas de fechamento automático pode ajudar a conter os odores.

**c) Danos à Flora e Fauna Local**

- Impacto: A localização inadequada de contentores pode impactar áreas verdes e ecossistemas locais, além de atrair animais indesejáveis como roedores e insetos.

- Medida Mitigadora: Realizar estudos de impacto ambiental (EIA) para determinar a localização mais adequada para os contentores, evitando áreas sensíveis. Promover a instalação de contentores em áreas pavimentadas e longe de habitats naturais.

**d) Consumo de Energia na Coleta e Transporte**

- Impacto: O consumo de combustíveis fósseis pelos veículos de coleta de lixo resulta em emissões de CO<sub>2</sub> e outros poluentes atmosféricos.

- Medida Mitigadora: Otimizar as rotas de coleta para reduzir o consumo de combustível e priorizar o uso de veículos de coleta de lixo mais eficientes energeticamente, como aqueles movidos a gás natural ou energia elétrica.

**e) Geração de Resíduos na Substituição dos Contentores**

- Impacto: A substituição de contentores de lixo danificados ou em fim de vida útil pode gerar resíduos sólidos que, se não forem devidamente gerenciados, podem contribuir para a poluição do solo e da água.

- Medida Mitigadora: Estabelecer uma política de logística reversa, onde os fornecedores são responsáveis pelo recolhimento dos contentores danificados ou descartados para reciclagem ou reutilização. Incentivar a reciclagem dos materiais usados na fabricação dos contentores, promovendo a economia circular.

**12.3. Requisitos de Baixo Consumo de Energia e de Outros Recursos**

- Energia Eficiente na Produção: Priorizar fornecedores que utilizem fontes de energia renovável (solar, eólica) em seus processos de fabricação e adotem tecnologias de produção de baixa emissão de carbono.

- Recursos Materiais: Exigir que os contentores sejam fabricados com materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental. Preferência por contentores que utilizem menos materiais ou materiais mais duráveis para prolongar a vida útil do produto.

- Uso Reduzido de Recursos Hídricos: Solicitar práticas de uso racional da água durante a fabricação e manutenção dos contentores, como o reaproveitamento de água em processos de limpeza.

**12.4. Logística Reversa para Desfazimento e Reciclagem de Bens e Refugos**

- Coleta de Contentores em Fim de Vida Útil: Implementar um sistema de logística reversa, no qual os contentores danificados ou em fim de vida útil sejam recolhidos pelos fornecedores para reciclagem ou destinação adequada. Este sistema deve ser uma condição contratual com os fornecedores.



- Reciclagem de Materiais: Incentivar a reciclagem dos materiais utilizados nos contentores, promovendo parcerias com empresas de reciclagem e programas de economia circular. Garantir que os contentores possam ser desmontados e separados em componentes recicláveis (plástico, metal, etc.).
- Reutilização de Componentes: Desenvolver programas que permitam a reutilização de componentes dos contentores, como rodízios, tampas e outros acessórios, reduzindo a necessidade de novos materiais.

#### **12.5. Outras Medidas Complementares**

- Educação Ambiental e Conscientização: Implementar campanhas de conscientização junto à população sobre a importância do correto uso dos contentores, reciclagem de resíduos e preservação ambiental.
- Monitoramento Contínuo: Realizar monitoramento contínuo das condições dos contentores e dos impactos ambientais associados, ajustando as práticas e medidas conforme necessário para minimizar impactos.

**12.6.** As medidas mitigadoras e requisitos apresentados visam minimizar os impactos ambientais decorrentes da aquisição, uso e descarte dos contentores de lixo, promovendo um ciclo de vida sustentável para os equipamentos e o alinhamento com as práticas de responsabilidade ambiental.

### **13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** A contratação de contentores de lixo pelos órgãos consorciados do CISAB SUL se revela adequada e necessária para o atendimento das demandas de coleta de resíduos sólidos e conservação de locais públicos. Isso, por sua vez, favorece a sustentabilidade e a eficiência operacional dos serviços de coleta de resíduos sólidos.

**13.2.** A análise dos impactos ambientais associados à contratação foi devidamente considerada. As medidas mitigadoras propostas, como a escolha de fornecedores que adotem práticas de eficiência energética e a implementação de logística reversa para reciclagem, asseguram que a contratação minimize os impactos negativos ao meio ambiente.

**13.3.** A aquisição dos contentores de lixo é fundamental para a eficiência da coleta de resíduos, essencial para manter as áreas urbanas e rurais limpas e organizadas. Esses contentores facilitam o processo de coleta, tornando-o mais rápido e eficiente. Além disso, os contentores com tampas vedadas evitam a proliferação de odores e a entrada de animais, promovendo a higiene e a saúde pública. A durabilidade dos materiais, como plástico de alta densidade e metal galvanizado, garante resistência a intempéries e raios UV, prolongando a vida útil das lixeiras.

**13.4.** A aquisição desses containers promove a sustentabilidade ao facilitar a reciclagem e a destinação correta dos resíduos. Portanto, comprar essas lixeiras é um investimento essencial para melhorar a infraestrutura de coleta de lixo, assegurar a saúde e o bem-estar da população, e contribuir para um ambiente mais limpo e sustentável.

**13.5.** Portanto, a contratação de contentores de lixo é adequada para atender às necessidades dos municípios participantes e consorciados CISAB SUL. A implementação da contratação, considerando as medidas mitigadoras e os requisitos técnicos e ambientais, contribuirá para a eficiência na gestão dos resíduos sólidos e promoverá práticas sustentáveis. Recomenda-se prosseguir com o processo de aquisição, assegurando a conformidade com os aspectos legais e ambientais abordados.

Boa Esperança - MG, 21 de outubro de 2024.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16**

---

**Lucas Galvão Elisei**  
**Matrícula 29**  
**Analista de Saneamento**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Sul de Minas – CISAB-SUL, com sede na Rua Gilberto de Oliveira Naves, 478, Nova Era, Boa Esperança – MG, CEP 37.170-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 19.807.228/0001-1, neste ato representado pelo diretor superintendente, Sr. Elton Santos Lima Barrios, nomeado pela Portaria nº 002 de 01 de setembro de 2023, publicada no ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2024, publicada no ..... de ...../2024, processo administrativo nº 011/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação da aquisição de contentores de lixo, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 004/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** O órgão gerenciador será o CISAB SUL– CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE MINAS GERAIS

**3.2.** Além do gerenciador, não há são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:





Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades integrantes do CISAB-SUL que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

##### **Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

**4.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou



projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.10.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



- 5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para



que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL**  
**CNPJ: 19.807.228/0001-16**

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.





## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

**11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada com assinaturas digitais, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE  
MINAS GERAIS - AUTARQUIA INTERMUNICIPAL  
CNPJ: 19.807.228/0001-16

**ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade